

CONCURSO PÚBLICO
G1. PROFESSORES DE ARCOVERDE (MANHÃ)



PROF. II DE EDUCAÇÃO FÍSICA

100 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. Segundo as regras básicas do Judô, a pontuação máxima da competição (ou seja, da "luta") é o waza-ari, que significa pontuação máxima. Ao atingir o waza-ari, a luta é encerrada. Também é possível que o combate seja terminado por acúmulo de penalidades do oponente.
02. A metodologia STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics) representa uma abordagem interdisciplinar na educação que integra Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, incentivando o aprendizado ativo através da solução de problemas reais e colaboração entre alunos, o que reflete uma evolução significativa nas práticas pedagógicas contemporâneas.
03. As aulas de Educação Física no Ensino Fundamental têm como um dos principais objetivos o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras, além de promover valores como cidadania e respeito mútuo entre os alunos, conforme integrado à proposta pedagógica da escola.
04. O impacto das funções executivas no desempenho acadêmico é considerado marginal, com pouca relevância prática para a incorporação no currículo escolar, especialmente em disciplinas como educação física.
05. O Decreto Federal nº 11.556, promulgado em 2023, determina que a União não deverá oferecer qualquer tipo de assistência técnica ou financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação das políticas de Educação de Jovens e Adultos, visando promover uma maior independência dos entes federativos.
06. Na Educação Física, a assiduidade deve ser o critério dominante de avaliação, pois a presença constante do aluno é suficiente para garantir seu sucesso educacional neste componente curricular, sem necessidade de outros métodos de avaliação.
07. A abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics) na educação enfatiza a independência total dos alunos nos projetos, promovendo a aprendizagem sem qualquer intervenção ou orientação do professor, o que estimula a autodidática e a auto-organização desde os primeiros anos escolares.
08. O papel do Professor de Educação Física é exclusivamente voltado para o ensino de modalidades esportivas convencionais, sem espaço para a exploração de práticas alternativas, como dança, yoga ou artes marciais, que não têm relevância no contexto escolar.
09. A Psicologia da Educação se destaca por sua contribuição no entendimento das etapas de desenvolvimento dos alunos, proporcionando aos professores melhores ferramentas pedagógicas para aplicação em sala de aula, alinhadas às necessidades de aprendizado de cada fase do desenvolvimento estudantil.
10. Dentro do processo de ensino, as técnicas são vistas como o principal roteiro que o professor deve seguir para atingir os objetivos educacionais. Já os métodos são considerados apenas ferramentas complementares que auxiliam na aplicação das técnicas.
11. A Psicologia do Esporte é uma especialidade que utiliza o mesmo método de intervenção da Psicologia Clínica, incluindo o uso do "divã" no ambiente esportivo, focando na análise profunda de traumas psicológicos pessoais dos atletas.
12. As atividades rítmicas e expressivas, quando integradas ao currículo de Educação Física das séries iniciais do Ensino Fundamental, contribuem significativamente para o desenvolvimento da percepção da imagem corporal das crianças, ao enfatizar a expressão e comunicação por meio de movimentos.
13. No contexto das diretrizes do Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, a formação de professores, técnicos e gestores educacionais é priorizada como parte essencial para a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reforçando a capacitação necessária para alcançar os objetivos educacionais propostos.

14. Os professores de Educação Física são exclusivamente responsáveis por treinar alunos para competições esportivas, focando no aprimoramento de técnicas esportivas específicas, sem incluir educação teórica ou desenvolvimento pessoal.
15. A Educação Física, apesar de ser um componente curricular obrigatório, não contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, pois seu foco está exclusivamente na prática esportiva, negligenciando aspectos teóricos e emocionais.
16. A avaliação em Educação Física deve se concentrar exclusivamente em testes de aptidão física, pois eles fornecem um indicador preciso do desenvolvimento físico dos alunos, sendo o critério principal e suficiente para avaliar seu progresso e desempenho educacional.
17. Na Educação Física, a avaliação deve ser processual e integrada, envolvendo observação sistemática e contínua dos alunos, além de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, para promover um entendimento profundo e contínuo do progresso do aluno em várias dimensões educacionais.
18. De acordo com a Resolução CNE-CEB nº 07/2011, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, todas as escolas públicas e privadas do Brasil são obrigadas a adotar um currículo padronizado, com conteúdos idênticos em disciplinas específicas, sem possibilidade de adaptação ou inclusão de temas locais e regionais, garantindo assim uma uniformidade educacional em todo o território nacional.
19. A Educação Integral se limita ao prolongamento do tempo que os alunos passam na escola, focando exclusivamente na expansão das horas de instrução tradicional sem alterações significativas no método de ensino ou na integração curricular.
20. As técnicas de queda no Judô (ou Tsukuri) representam o aprendizado de como cair de maneira segura. Esse conhecimento é crucial no Judô para evitar lesões durante as projeções, especialmente em combates e competições.
21. O Professor de Educação Física não desempenha um papel significativo no desenvolvimento cognitivo dos alunos, já que suas atividades estão restritas ao aspecto físico do aprendizado, deixando de lado a promoção de habilidades intelectuais.
22. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/15, uma das metas estabelecidas é a diminuição progressiva e substancial da participação do governo no financiamento do ensino básico, com um redirecionamento desses recursos para incentivar exclusivamente a inovação tecnológica nas escolas privadas.
23. A etiqueta e o respeito são fundamentais no Judô. Os competidores devem agir de maneira cortês e respeitosa durante toda a luta. Assim, condutas excessivamente agressivas, descumprimento de regras e deixar de cumprimentar o oponente podem ser motivo de penalidades.
24. Na Psicologia da Educação, o foco exclusivo no desempenho acadêmico dos alunos é incentivado como a principal medida de sucesso educacional, priorizando a avaliação quantitativa em detrimento do desenvolvimento integral do estudante.
25. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14) estabelece que até o final da vigência do plano, todas as escolas públicas devem garantir a formação esportiva em sua grade curricular como um meio de promover a educação integral.
26. Educação Integral é um conceito que transcende a dimensão acadêmica, englobando o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social dos alunos, promovendo uma formação que interliga escola, família e comunidade.
27. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que a Educação Física no Ensino Fundamental integre a área de Linguagens, destacando-se pela abordagem temática das práticas corporais como elementos culturais e não apenas atividades físicas.
28. Segundo a legislação vigente sobre educação especial, o professor deve priorizar o ensino de alunos com deficiência em classes exclusivas, separadas do ensino regular, para garantir uma educação mais focada e especializada.
29. A prática de atividade física intensa é recomendada para todos os indivíduos, independentemente de condições de saúde pré-existentes, como doenças cardiovasculares e diabetes, pois não apresenta riscos ou necessidade de adaptação às condições de saúde do indivíduo.
30. A neurociência tem impacto direto na educação, especialmente ao integrar conhecimentos sobre funções executivas, como memória de trabalho e controle inibitório, que são essenciais para aprimorar estratégias pedagógicas em contextos de vulnerabilidade social.
31. Na abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics), o foco exclusivo na aplicação prática de conhecimentos em projetos específicos elimina a necessidade do ensino teórico nas disciplinas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, permitindo que os alunos se concentrem somente em atividades práticas sem estudo teórico prévio.
32. Em esportes coletivos, a técnica individual de cada jogador é considerada secundária, já que o desempenho do time depende exclusivamente das táticas coletivas implementadas durante o jogo.
33. O papel do professor de Educação Física vai além da instrução em esportes, abrangendo o desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e emocionais, fundamentais para a promoção da saúde e bem-estar dos alunos, conforme diretrizes do Ministério da Educação.
34. As atividades rítmicas e expressivas, incluindo a dança, são geralmente introduzidas apenas a partir do Ensino Médio, seguindo recomendações de desenvolvimento psicomotor apropriadas para adolescentes.
35. O investimento em políticas públicas que promovem a atividade física, como a melhoria da infraestrutura para ciclismo e caminhadas, pode resultar em benefícios significativos para a saúde pública, reduzindo a inatividade física e seus impactos negativos, como o aumento de doenças não transmissíveis e a mortalidade prematura.

36. Nos esportes de aventura, como escalada e trekking, a técnica é irrelevante para o sucesso e segurança dos praticantes, sendo suficiente o conhecimento tático e a capacidade de improvisação diante de desafios inesperados, sem necessidade de treinamento técnico específico.
37. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as práticas corporais de aventura, como escalada e trekking, devem ser introduzidas no currículo de Educação Física apenas no Ensino Médio, para promover experiências desafiadoras em um contexto seguro e controlado.
38. Promover atividade física como parte das políticas de saúde pública é considerado menos prioritário em comparação com outras intervenções médicas, tendo um impacto mínimo na redução da carga global de doenças crônicas.
39. A avaliação em Educação Física, conforme diretrizes modernas, não deve se limitar ao desempenho físico, mas abordar de forma integrativa aspectos sociais e emocionais do aluno, buscando alinhamento com o projeto político-pedagógico da escola para promover um desenvolvimento holístico.
40. Utiliza-se o termo KAI para referir-se ao local onde se pratica o Karatê. Nesse ambiente, busca-se a prática desse esporte sem más intenções, de forma pura e natural entre alunos. Assim como em diversas outras modalidades de artes marciais, o respeito entre as partes é uma regra fundamental do Karatê.
41. A atividade física regular é crucial para a prevenção de doenças não transmissíveis, incluindo hipertensão, diabetes tipo 2 e diversos tipos de câncer, como o de mama e o de cólon, conforme evidenciado por estudos globais que destacam o papel da prática regular de atividades físicas na redução da mortalidade associada a essas condições.
42. O surf é um exemplo de esporte de aventura que combina o desafio físico com a conexão com a natureza, sendo praticado no mar e exigindo habilidades específicas para enfrentar as ondas.
43. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos, estabelecida em 1939 e integrada à Universidade do Brasil, representou um importante passo na institucionalização da Educação Física no Brasil, focando não apenas em atividades físicas, mas também no desenvolvimento acadêmico na área.
44. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, estabelecidas pela Resolução CNE-CEB nº 07/2010, determinam que o currículo deve ser organizado de forma a garantir a continuidade e progressão do processo educativo, incluindo a alfabetização, que deve ser concluída até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, assegurando assim o desenvolvimento pleno das capacidades linguísticas dos alunos.
45. A legislação brasileira de educação especial assegura que todos os professores devem receber formação continuada específica para atuar na educação inclusiva, promovendo a adequação pedagógica e acessibilidade nas escolas.
46. Apesar de o futebol ser amplamente reconhecido como um esporte tradicionalmente popular no Brasil, durante o período imperial, ele já predominava como a principal modalidade esportiva, superando outras práticas como o remo e a esgrima, que eram característicos daquela época.
47. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Educação Física do Ensino Fundamental inclui o ensino de lutas a partir do 3º ano, integrando-as como prática corporal que contribui para o entendimento de cultura e saúde.
48. Na Educação Integral, o currículo é projetado para valorizar a centralidade do estudante, apoiando o desenvolvimento de competências fundamentais para a cidadania ativa e a participação social, em um ambiente de aprendizagem diversificado.
49. A técnica nos esportes individuais está mais relacionada à habilidade pessoal de execução de movimentos específicos, sem necessariamente considerar oposição direta de adversários, enquanto a tática envolve ajustes e respostas ao contexto competitivo.
50. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, a Educação Física adaptada para alunos com deficiência é considerada uma disciplina optativa, sendo oferecida somente quando solicitada pelos pais ou responsáveis.
51. A Sala de Aula Invertida elimina completamente a necessidade do ensino presencial, substituindo-o por vídeos e materiais digitais para que os estudantes aprendam de forma totalmente autônoma em casa, sem interações diretas com educadores.
52. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é uma ferramenta fundamental que define a identidade da escola e orienta todos os aspectos do processo educativo, integrando as atividades acadêmicas e administrativas para alcançar os objetivos educacionais.
53. O e-learning, como uma tendência educacional, expande as oportunidades de aprendizagem ao permitir acesso a recursos educacionais online, oferecendo flexibilidade para os estudantes aprenderem de acordo com seus próprios ritmos e horários.
54. A Educação Integral foca exclusivamente na expansão do conteúdo acadêmico tradicional, ignorando as dimensões afetiva, social, cultural, física e ética do desenvolvimento dos estudantes, limitando-se ao ambiente escolar.
55. Apesar de populares entre entusiastas de todas as idades, o trekking e o hiking são atividades que requerem um preparo físico significativo e podem apresentar desafios substanciais, não sendo recomendados para pessoas sem qualquer preparo ou experiência prévia.
56. A Psicologia do Esporte não se limita apenas aos atletas de alto rendimento, abrange também a intervenção psicológica em atividades físicas voltadas para a saúde e bem-estar, assim como a iniciação esportiva e projetos sociais.
57. Na Educação Física escolar, além das modalidades esportivas, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre primeiros socorros, contribuindo para uma formação mais abrangente, que transcende a prática esportiva e promove um estilo de vida saudável.

58. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que todas as escolas devem garantir a inclusão de alunos com deficiência, sem cobranças adicionais de valores na mensalidade ou anuidade, assegurando igualdade de acesso à educação.
59. A Psicologia Escolar e a Psicologia da Educação são termos intercambiáveis, representando ambos a prática aplicada no ambiente educacional. Assim, não há distinção entre as duas áreas, uma vez que ambas se concentram na aplicação prática dos conhecimentos teóricos da Psicologia no contexto educativo.
60. Nos esportes coletivos, a tática defensiva é tão crucial quanto a ofensiva, pois envolve o planejamento e a execução coordenada de ações para impedir o adversário de marcar, enquanto a tática ofensiva busca maximizar as oportunidades de pontuar.
61. A neurociência afirma que o desenvolvimento das funções executivas é completamente determinado pela genética, e que a educação e o exercício físico não têm impacto significativo nesse processo, tornando as práticas educativas baseadas em neurociência redundantes.
62. A Educação Física escolar primariamente prepara os alunos para carreiras no esporte, focando exclusivamente no desenvolvimento de habilidades específicas de esportes populares como basquete e vôlei.
63. A incorporação de atividades rítmicas e expressivas no currículo escolar das séries iniciais é vital para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que essas atividades promovem a contínua percepção e reconstrução da imagem corporal através da experimentação e expressão corporal.
64. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Física no Ensino Fundamental não deve abordar práticas corporais como dança e ginástica antes do 3º ano, focando apenas em jogos e brincadeiras.
65. As atividades rítmicas e expressivas são apenas complementares e não influenciam significativamente o desenvolvimento motor ou cognitivo dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, devendo ser consideradas menos prioritárias no currículo.
66. Na prática de esportes individuais e coletivos, a técnica não é considerada um aspecto crucial, pois foca apenas na capacidade individual do atleta, sem qualquer influência nas decisões estratégicas ou resultados do jogo, que são exclusivamente determinados pelas táticas empregadas.
67. A integração de exercícios físicos com atividades que desafiam as funções executivas, como a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva, pode resultar em uma melhoria significativa das capacidades cognitivas e físicas dos estudantes.
68. Nos esportes de aventura, a preparação física e emocional é crucial devido ao envolvimento de elementos como altura e velocidade, que intensificam as experiências e aumentam os riscos envolvidos.
69. A Psicologia da Educação diferencia-se da Psicologia Escolar por ser uma área teórica que estuda o processo de ensino e aprendizagem, enquanto a Psicologia Escolar aplica essas teorias na prática educativa, lidando diretamente com problemas de aprendizagem e adaptação escolar dos alunos.
70. No processo de ensino, as estratégias pedagógicas são descritas como os meios utilizados pelo professor para alcançar objetivos específicos; enquanto os métodos representam os caminhos gerais seguidos para atingir tais fins, demonstrando a relação estruturada entre métodos, técnicas e procedimentos no planejamento educacional.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apesar das mudanças introduzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os PCNs não perdem sua validade, permanecendo como documentos orientadores.
72. Em relação a Lei Federal no 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com o artigo 3º da referida Lei, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais está a unicidade de ideias e de concepção pedagógica.
73. A concepção de criança da BNCC, como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...], impõe a necessidade de imprimir moral educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.
74. A LDBEN (Lei nº 9.394/96) sofreu uma atualização em 2003, quando foi introduzido pela Lei nº 10.639, o artigo 26A, o qual estabelece: "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira". Nos dois parágrafos desse artigo, são definidos quais conteúdos serão incluídos e em qual âmbito do currículo serão desenvolvidos. A Lei nº 11.645, de 2008, altera o artigo 26A da LDBEN, para incluir, no currículo oficial da Educação Básica, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", estabelecendo conteúdos a serem incluídos e que estes deverão ser ministrados no âmbito da parte diversificada do currículo, de acordo com as características étnico-culturais dos alunos.

75. A inclusão da educação digital, conforme prevista na Lei 14.533 de 2023, que alterou artigos da LDB, vai além de simplesmente garantir a conectividade das instituições públicas à internet em alta velocidade. Ela também exige o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas, preparando os estudantes para um mundo cada vez mais digitalizado.
76. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Ministério da Educação em dezembro, de 2017, define os conhecimentos e as competências que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua escolaridade. Ela é orientada por princípios éticos, políticos e estéticos.
77. Sabemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que determina os conhecimentos e habilidades essenciais, garantindo o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. A BNCC tem como um de seus marcos legais o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família.
78. Em resumo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) identifica um desafio histórico ligado ao ensino da Educação Física no Brasil: a dificuldade em definir uma progressão no ensino dos temas que compõem o conjunto de conhecimentos dessa disciplina nas escolas. A BNCC propõe uma abordagem para lidar com essa questão ao longo da jornada escolar.
79. Segundo o artigo 31 da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a avaliação na Educação Infantil enfoca o desenvolvimento das competências emocionais da criança e as suas capacidades de interação entre os indivíduos em sociedade.
80. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 estabelece que as crianças têm direito a seis áreas fundamentais para seu aprendizado e desenvolvimento: Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se; Viver e Amar.
81. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), em seu art.1º, a educação escolar deverá vincular-se aos processos culturais e às atividades individuais.
82. O componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular dialoga com documentos e orientações curriculares das últimas décadas, buscando atualizá-los com base em pesquisas recentes na área e nas mudanças nas práticas de linguagem deste século, influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. A BNCC adota a perspectiva de linguagem como estruturalista.
83. A gestão democrática do ensino público, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), requer não apenas a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, mas também a criação de Fóruns dos Conselhos Escolares, garantindo uma representatividade abrangente que inclui não só os membros da comunidade escolar, mas também da comunidade local.
84. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, reconhecendo a importância de uma formação que dialogue com as demandas do mercado e com as realidades sociais, preparando os estudantes não apenas para o exercício da cidadania, mas também para o mundo do trabalho.
85. A presença nos dias letivos garante o acompanhamento do ensino com mais facilidade pelos alunos e evita frustrações causadas por atrasos com relação aos demais colegas. Todas as escolas devem zelar pela frequência de seus estudantes, controlando-a. Tal fato é tão importante que os artigos 24-VI e 31-V da LDB, Lei nº 9.394/96, exigem uma frequência mínima do total de horas de 75% no Ensino Fundamental e na pré-escola.
86. Segundo a Lei nº 9.394/96, no art. 34, a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
87. O direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, assegurado pela Lei 13.632 de 2018 (adendo a LDB 9394/96), destaca a importância da educação continuada em todas as etapas da vida, não se limitando apenas à educação formal, mas também englobando oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a trajetória pessoal e profissional do indivíduo.
88. A BNCC estipula uma parte diversificada dos currículos com base em temas transversais. Esses temas estão relacionados às seguintes áreas: saúde pública, reciclagem, educação para o trânsito, idiomas estrangeiros.
89. Conforme o artigo 26 da Lei no 9.394/96, LDB em vigor, os currículos da Educação Infantil devem contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação desde dezembro de 2017. Sobre esse tema, é correto afirmar que a BNCC é um documento de caráter normativo, uma vez que define o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos.
90. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais para todos os alunos na Educação Básica. Para a Matemática, a BNCC propõe cinco unidades temáticas interligadas, com destaque para a unidade temática "Números", que visa a desenvolver o pensamento numérico, incluindo a quantificação de atributos de objetos e a interpretação de argumentos baseados em quantidades.
91. A oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme estabelecido na LDB, visa a atender às necessidades daqueles que não têm disponibilidade durante o dia para frequentar a escola, garantindo assim o acesso à educação de forma inclusiva e flexível.

92. A inclusão da alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos, conforme previsto na Lei 14.407 de 2022 (que alterou a LDB 9394/96), reforça a importância da formação de habilidades fundamentais desde os primeiros anos de escolaridade, visando garantir uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.
93. A Lei 14.333 de 2022 (adendo a LDB - 9394/96) estabelece padrões mínimos de qualidade do ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante. Essa medida visa a assegurar não apenas a qualidade do ensino, mas também a equidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos recursos necessários para seu desenvolvimento educacional.
94. O que diferencia a concepção de criança presente na Base Nacional Comum Curricular (2018) dos outros documentos anteriores como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) é que, na concepção presente na BNCC, a criança, sujeito de direitos, deve, exclusivamente, se alimentar e brincar livremente.
95. A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Conforme o artigo 11º dessa Lei, oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental é uma incumbência da União e dos Estados.
96. De acordo com a BNCC, as fontes históricas têm sua própria narrativa automática, resultando no ensino de História derivado de ações acidentais e autoexplicativas, independentemente da interpretação e intenção dos professores de História.
97. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental está organizado em 6 áreas de conhecimentos com objetivos e metodologias próprias.
98. A base nacional comum curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, da Educação Infantil ao Ensino Superior, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.
99. A universalização do Ensino Médio gratuito, determinada pela Lei 12.061 de 2009 (que alterou a LDB 9394/96), representa um avanço significativo na garantia do acesso à educação em níveis mais elevados, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade educacional em todo o país.
100. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem das crianças, fornecendo orientações às instituições educacionais na formulação do currículo. Nesse contexto, o primeiro passo para a elaboração do currículo da Educação Infantil, que deve assegurar, em sua proposta pedagógica, é o respeito às crianças e a promoção de seu desenvolvimento, conforme a Resolução CNE/CBE nº 05/09.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO